

NÃO ACREDITE EM FAKE NEWS

Esclarecimentos sobre a ação judicial em relação ao RCD 2024.

O Sinpro Goiás reafirma o seu compromisso, desde sua fundação, há 60 anos, com a defesa intransigente dos/as Professores/as de Rede Privada de Ensino. O Sindicato defende e sempre defendeu os/as Docentes Horistas. Há uma ação judicial em curso, já com sentença favorável, para reivindicar o direito dos/as Horistas ao Descanso Semanal Remunerado (DSR) que atualmente não é pago pela Administração Superior da PUC Goiás e consistirá em um acréscimo salarial que beneficiará todos/as os Horistas de forma indistinta.

Também tramita na Justiça Trabalhista, a Ação da Progressão Horizontal que beneficiará todos/as os/as Docentes – Tempo Integral, Tempo Contínuo e Horistas - independente do tipo de contrato, dentre outras demandas que são de interesse coletivo da categoria.

Entretanto, no que se refere à ação coletiva que envolve o Regime da Carreira Docente de 2024, o Sinpro Goiás recebeu inúmeras reclamações tanto de Professores/as de Tempo Integral, de Tempo Contínuo, quanto de Horistas que se sentiram coagidos a aderir ao Novo Regulamento da Carreira Docente sob pena de serem preteridos na distribuição de carga-horária.

Imediatamente ao anúncio do edital, realizamos várias reuniões ao longo de 2024/2, tanto na APUC como no Sinpro, com ampla convocação nos murais da PUC, em carro de som, e pelas redes sociais. É fake News dizer que não houve consulta à categoria.

Recebemos queixas de casos de docentes preteridos pelo edital porque que não concordaram com a adesão em razão de vários termos, destacando-se a prioridade que o mesmo previa para quem esteve na gestão em detrimento da docência; outros/as que tinham a intenção de aderir e que não preenchiam os “requisitos”. Dessa forma, constatou-se que se tratava de um edital seletivo para beneficiar poucos/as Professores/as Horistas em troca de perda de direitos conquistados coletivamente e não a maioria ou todos/as os/as Professores/as Horistas. Registre-se que sempre sob a direção do Sinpro e da APUC.

É dever do Sindicato proteger todos/as os/as Docentes, embora isso desagrade alguns que foram beneficiados/as pelos editais. O Sinpro Goiás deseja que a Administração Superior da PUC Goiás trate de forma igualitária e de acordo com os regimentos internos vigentes, todos/as os/as Professores/as, sejam eles/as de Tempo Integral, Tempo Contínuo e Horistas, sem que haja privilégio para um/a ou para outro/a. O fato de a administração superior da PUC Goiás insistir em não negociar com as entidades, demonstra a diferença de interesses.

Nos surpreende a nota publicada contra o Sinpro Goiás divulgada por integrantes da chapa que concorreu com a atual gestão em 2024.

O Sinpro discorda desse edital e desde o primeiro momento alertou toda a comunidade universitária de vários prejuízos que traria o novo contrato e porque fragmentava ainda mais a categoria e propiciava benefício indevido a docentes em detrimento de outros/as Professores/as que possuíam direitos com base nos regimentos antigos ainda vigentes por força da lei e da jurisprudência do TST.

Você, Professor/a, certamente conhece colegas que foram ludibriados(as) pelas falas da Administração Superior da PUC que ninguém que aderisse ao novo RCD teria qualquer prejuízo e a realidade foi que no primeiro contracheque que recebeu veio com o salário reduzido. É em nome de não aceitar retrocessos nem mais precarização para todos os professor@s, e de um grande contingente de professores/as horistas que o Sindicato foi à Justiça buscar a reparação.

